



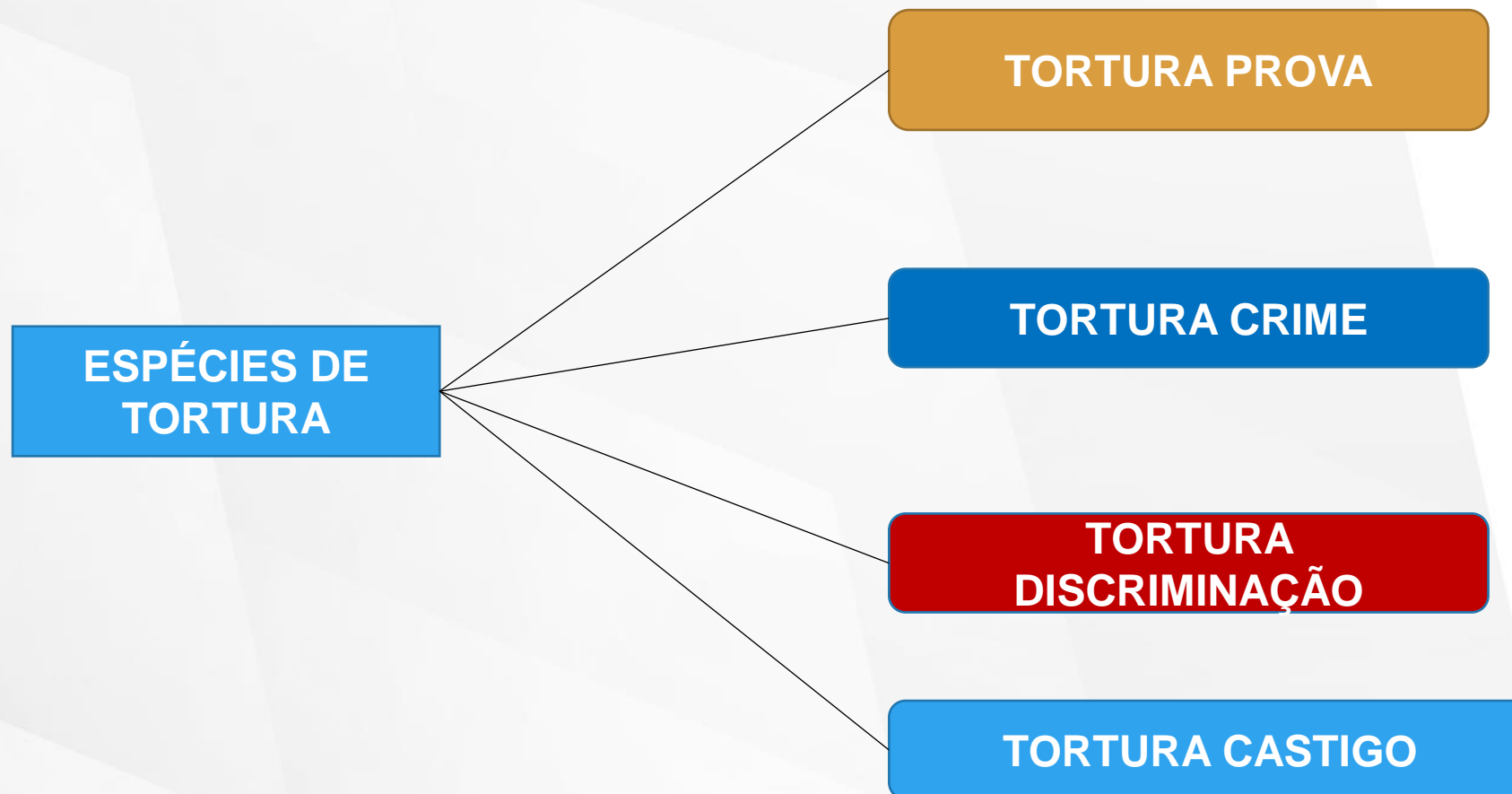
**COMANDO**  
**DA MADRUGADA**  
EXTRAVAGANTE

**PMPE**



**EMMANOEL**  
**THADEU**

# DIREITOS HUMANOS



# TORTURA

1. Ainda sobre o crime de tortura, é correto afirmar:

- A) Trata-se sempre de crime próprio, que somente pode ser cometido por policiais civis ou militares.
- B) A tortura-prova ocorre quando a intenção do sujeito, ao torturar a vítima, é a de obter informação, declaração ou confissão da própria vítima ou de terceira pessoa.
- C) A chamada tortura-castigo sujeita o autor do crime à pena de detenção, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.
- D) As disposições da Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997, se aplicam apenas quando o crime for cometido em território nacional, ainda que a vítima seja brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

# TORTURA

A) **Incorreta.** O crime de tortura previsto no art. 1º, I, da Lei 9455/97 é comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa; no entanto, o previsto no inciso II é crime próprio, só podendo ser praticado por aquele que detiver outra pessoa sob sua guarda, poder ou autoridade.

B) **Correta.** A denominada tortura-confissão ou tortura-prova possui previsão na Lei 9455/97, em seu art. 1º, I, “a”: “Constitui crime de tortura: I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; (...)”.

# TORTURA

C) **Incorreta.** A pena da tortura-castigo é de reclusão, e não detenção, de 2 a 8 anos. Art. 1º, II, Lei 9.455/97: “Constitui crime de tortura: (...) II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Pena - reclusão, de dois a oito anos. (...)”.

D) **Incorreta.** O disposto na Lei 9.455/97 aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira. Art. 2º, Lei 9.455/97: “O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira”.

# TORTURA

2. De acordo com a Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997, e suas alterações, o crime de tortura:

**A)** atrai pena de detenção, de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, e multa.

**B)** tem a pena aumentada de um sexto até a metade se o crime for praticado contra criança.

**C)** a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

**D)** apesar de inafiançável, o crime de tortura é suscetível de graça ou anistia.

# TORTURA

A) **Incorreta**. A pena cominada para o crime de tortura é de reclusão, de dois a oito anos, consoante estabelece o artigo 1º da Lei nº 9.455/1997.

# TORTURA

**B) Incorreta.** Se o crime for praticado contra criança, a pena deverá ser aumentada de um sexto até um terço, consoante estabelece o § 4º do artigo 1º da Lei nº 9.455/1997.



# TORTURA

**C) Correta.** É exatamente o que estabelece o § 5º do artigo 1º da Lei nº 9.455/1997.

**D) Incorreta.** O crime de tortura não admite graça ou anistia, tal como estabelece o artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição da República; o artigo 2º, inciso I, da Lei nº 8.072/1990; e o artigo 1º, § 6º, da Lei nº 9.455/1997.

# TORTURA

3. Na chamada tortura para a prática de crime, a consumação ocorre:

**A)** quando é obtida em razão de discriminação racial ou religiosa.

**B)** apenas quando ocorre lesão corporal de natureza grave ou gravíssima na vítima.

**C)** apenas quando a violência ou a grave ameaça causar sofrimento físico na vítima.

**D)** quando a violência ou a grave ameaça causar sofrimento físico ou mental na vítima.

# TORTURA

A) **Incorreta.** A tortura para a prática de crime, também chamada de tortura-meio, é a prevista no art. 1º, I, b, da Lei 9.455/97. A modalidade estampada na alternativa, por sua vez, é a tortura-discriminatória, prevista na Lei 9.455/97, em seu art. 1º, I, “c”: “Constitui crime de tortura: I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: (...) c) em razão de discriminação racial ou religiosa; (...)”.

# TORTURA

**B) Incorreta.** A lesão corporal de natureza grave ou gravíssima qualifica o crime de tortura. Art. 1º, §3º, Lei 9.455/97: “Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos”.

# TORTURA

C) **Incorreta.** Todas as modalidades de tortura previstas no art. 1º, I, da Lei 9.455/97, são praticadas mediante violência ou a grave ameaça, vide alternativa D.

D) **Correta.** É o que dispõe a Lei 9.455/97, em seu art. 1º, I: “Constitui crime de tortura: I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa; c) em razão de discriminação racial ou religiosa; (...)”.

# CRIMES HEDIONDOS

## 4. Exclui-se do rol dos crimes hediondos o delito de:

- A) furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum
- B) lavagem de dinheiro
- C) roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo
- D) epidemia com resultado morte

# CRIMES HEDIONDOS

5. Acerca das disposições da Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990) e as recentes alterações, assinale a alternativa que não apresenta um crime considerado hediondo.

- A) Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais
- B) Roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima
- C) Infanticídio
- D) Homicídio qualificado

# CRIMES HEDIONDOS

6.No que se refere à Lei dos Crimes Hediondos, assinale a alternativa incorreta.

A)Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça e indulto

B)A pena por crime hediondo deve ser cumprida inicialmente em regime fechado



# CRIMES HEDIONDOS

- C)** A prisão temporária, nos crimes hediondos, possui o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade
- D)** Em caso de sentença condenatória, o juiz deverá decidir fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade
- E)** Apresenta-se como crime hediondo o delito de associação criminosa

# CRIMES AMBIENTAIS

5. Praticar ato de abusos e maus-tratos em cão ou gato, conforme a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), poderá levar o infrator a cumprir uma pena máxima de detenção de:

A) 3 anos.

B) 4 anos.

C) 5 anos.

D) 6 anos.

# CRIMES HEDIONDOS

## 7. Considera-se crime hediondo, tentado ou consumado:

- A) organização criminosa, quando direcionada à prática de crime hediondo ou equiparado.
- B) homicídio simples, quando praticado por organização criminosa.
- C) posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- D) tráfico de entorpecentes privilegiado.
- E) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima.

# CRIMES AMBIENTAIS

8. De acordo com o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, assinale a alternativa que apresenta a pena para quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

**A)** Reclusão, de um a três anos, e multa

**B)** Reclusão de um ano a cinco anos

# CRIMES AMBIENTAIS

- C) Reclusão, de dois a quatro anos, e multa
- D) Detenção, de três meses a um ano, e multa
- E) Detenção, de dois meses a dois anos, e multa

# LEGISLAÇÃO ESPECIAL

9. Juliano estava em dúvida após a aula de Direito Penal sobre o crime definido pela conduta típica de “possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa” previsto na Lei nº 10.826/2003. Para sanar sua dúvida, Juliano buscou auxílio do professor Gilmar que prontamente lhe informou se tratar do crime de:

- A) Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- B) Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- C) Posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
- D) Disparo de arma de fogo.

# LEGISLAÇÃO DROGAS

1. Indivíduo não reincidente que semeie, para consumo pessoal, plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de produto capaz de causar dependência psíquica se sujeita à penalidade imediata de

**A)** perda de bens e valores.

**B)** medida educativa de internação em unidade de tratamento.

**C)** advertência sobre os efeitos das drogas.

**D)** admoestação verbal pelo juiz.

**E)** prestação pecuniária.

# LEGISLAÇÃO DROGAS



Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

**I - advertência sobre os efeitos das drogas;**

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

**§ 1o Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.**





**COMANDO**  
**DA MADRUGADA**  
EXTRAVAGANTE

**PMPE**



**EMMANOEL**  
**THADEU**